

A reabertura do Congresso e o que dele se espera

2 AGO 1983

Agosto, um mês que tem fama de predestinado a amplas crises institucionais, também é o momento de reabertura das atividades do Congresso Nacional. Este ano, como os anteriores, não foge à regra: o término do recesso constitucional de julho coincide com uma situação tensa e sombria, onde o estado de saúde de nossa sociedade é muito mais grave do que o do presidente da República, sem perspectivas de uma recuperação tão rápida e tão tranquila quanto a dele.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal estarão, neste semestre, à altura de suas responsabilidades? Estarão à altura dos problemas a serem enfrentados e desafios a serem vencidos? No âmbito partidário, por exemplo, o esquálido partido governista terá de pagar caro pela sua aliança com a agremiação clientelística da deputada Ivete Vargas, correndo o risco de não conseguir aprovar nenhum grande projeto de interesse do Executivo. E entre eles, como se sabe, está o decreto-lei que, por imposição do Fundo Monetário Internacional, alterou drasticamente a política salarial.

As oposições, por sua vez, não estão imunes ao perigo de sua própria implosão. Vítimas do pecado original de todas as frentes amplas, elas padecem de um mal estrutural: o da inconsistência ideológica. Por isso, falta-lhes, antes e acima de tudo, um projeto nacional coerente, realista e exequível, em condições de orientar sua ação partidária em todo o País, de fixar diretrizes para sua crítica contínua ao governo federal e de harmonizar as dez administrações estaduais que, desde o último mês de março, passaram a ser de sua responsabilidade.

Nossos partidos, como se vê, terão, neste semestre parlamentar que ora se inicia, de enfrentar, mais uma vez, o dilema de suas respectivas crises de identidade. O PDS, evidentemente, terá de mostrar que é uma agremiação no poder, e não simples instrumento dócil do Executivo no âmbito do Legislativo. Quanto ao PMDB, ele tem de compreender que tanto a crítica retórica no plano federal quanto a ação administrativa no plano estadual exigem lucidez política, coerência programática e propostas de políticas alternativas concretas e objetivas. Quanto aos pequenos partidos, como o PDT, o PTB e o PT, todos têm diante de si o desafio de sua sobrevivência e de sua consolidação, independentemente das lideranças carismáticas responsáveis por sua criação.

Entretanto, não é só de um sistema partidário representativo e legítimo que depende o bom funcionamento do Congresso — e, por extensão, o equilíbrio entre os poderes e o próprio processo de abertura. Enquanto instituição soberana, o Legislativo ainda não conseguiu resgatar a credibilidade perdida após anos de obscurantismo político. Em vez de uma autocritica capaz de revelar as razões de sua ação limitada e pouco criativa, seus componentes quase sempre preferem as palavras fáceis da crítica antiautoritária.

Obviamente, o regime pós-64 fez tudo que pôde para retirar do Senado e da Câmara a titularidade da iniciativa legislativa, esvaziando suas prerrogativas e limitando ao máximo seu espaço de decisão. A figura do decreto-lei do Executivo, por meio do qual o Planalto costuma afrontar os princípios constitucionais da irretratabilidade das leis e da anualidade em matéria fiscal, é um exemplo de como a distensão não envolveu o processo decisório nacional. E os parlamentares não têm sabido reagir às armadilhas de uma legislação redundante e viciada, que dá ao governo federal uma ampla capacidade de agir discricionariamente — a ponto mesmo de esvaziar o sentido dos códigos e das demais leis ordinárias.

Mas é certo, igualmente, que nossos deputados e senadores não descobriram até hoje, quase cinco anos após a extinção do AI-5, como recuperar o terreno perdido. Neste mês de julho, por exemplo, quando as secas continuaram castigando o Nordeste, quando as enchentes levaram a desgraça às unidades federativas mais ricas e quando a inflação bateu recordes, alguém sentiu realmente a ausência do Legislativo? Neste período de recesso legal, em que o presidente da República se submeteu a uma cirurgia delicada, em que seu substituto assumiu o cargo numa situação crítica e em que a crise de balanço de pagamentos praticamente chegou a uma situação de colapso, quem ouviu de algum parlamentar algo mais do que a monotonia e retórica defesa de eleições diretas, da Constituinte e da decretação pura e simples da moratória?

A partir de agora, no desenrolar de todo este semestre, o Congresso Nacional tem diante de si uma nova oportunidade para redimir-se da omissão do passado, impondo-se por um comportamento consequente e alto ao Executivo não apenas como crítico, mas principalmente como colaborador na tarefa de salvação nacional. O desafio é difícil de ser vencido, mas não impossível. E sua agenda de trabalhos, na qual se incluem a sucessão presidencial, a introdução do voto distrital misto, o projeto de lei do solo urbano, a votação dos Códigos de Processo e as investigações sobre escândalos financeiros, é um excelente indicativo do alcance de sua responsabilidade política.

Portanto, o Legislativo vive um momento decisivo, no qual pode afirmar-se como um Poder soberano ou, então, afundar-se perante o desprezo da opinião pública. O teste de sua maturidade certamente será dado, pela discussão da política salarial: afinal, ao reunir o Conselho de Segurança Nacional para editar o Decreto-Lei nº 2.045/83, após uma intensa e dramática negociação com o FMI, o governo talvez não tenha percebido que o preço do apoio financeiro externo não pode comprometer sua legitimidade interna. Cabe ao Congresso, de modo consequente, neutralizar as tensões, harmonizar os interesses e contribuir para que os sacrifícios sejam equitativamente distribuídos, encurtando a caminhada para um futuro menos sombrio.